

RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2005

1. INTRODUÇÃO

Para cumprimento do disposto no Artigo 9º da Lei nº42/98, de 6 de Agosto (Lei das Finanças Locais) e no nº2 do ponto 2 das Considerações Técnicas do Decreto-Lei nº54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL- Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), foi elaborado o presente Relatório de Gestão, relativo ao ano de 2005.

Este trabalho não se dirige só aos responsáveis financeiros da autarquia mas também a todos os outros, que não tendo conhecimentos aprofundados de contabilidade autárquica, pretendem ter uma ideia da situação da sua Câmara, pelo que se julga ser um importante meio de análise de resultados e verificação do grau de eficiência e eficácia da afectação dos recursos aos objectivos realizados.

2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Com a análise orçamental, pretende-se dar conta da execução orçamental, permitindo assim, acompanhar de forma sintética todo o processo de arrecadação das receitas e de realização das despesas.

2.1. RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

As receitas e despesas, correntes e de capital, apresentam a seguinte estrutura:

COMPOSIÇÃO	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% PESO P/ RUBRICA	% EXECUÇÃO
Receitas Correntes	13.673.938,36	10.895.264,46	59,01	79,68
Receitas de Capital	14.347.879,16	7.538.566,42	40,83	52,54
Outras Receitas	5.000,00	29.535,63	0,16	590,71
Total das Receitas	28.026.817,52	18.463.366,51	100,00	65,88
Despesas Correntes	11.582.098,56	8.271.623,40	45,65	71,42
Despesas de Capital	16.444.718,96	9.847.715,25	54,35	59,88
Total das Despesas	28.026.817,52	18.119.338,65	100,00	64,65

O aspecto mais relevante que se extrai da estrutura orçamental é o facto das receitas correntes superarem as despesas correntes em cerca de 2.624.000 euros, o que tornou possível a libertação de fluxos financeiros para investimentos, cumprindo, deste modo o princípio do equilíbrio orçamental.

2.1.1.RECEITA

A receita global arrecadada em 2005, alcançou os 18.463.366,51 € o que representa uma taxa de execução de 65,88%, o que mais que duplica o valor habitual da receita arrecadada até 2001 e atinge o valor mais alto de sempre nas contas da autarquia de Óbidos.

A percentagem da realização das Receitas Correntes foi de 79,68% aproximando-se do valor previsto.

As Receitas de Capital apresentam uma execução de 52,54%.

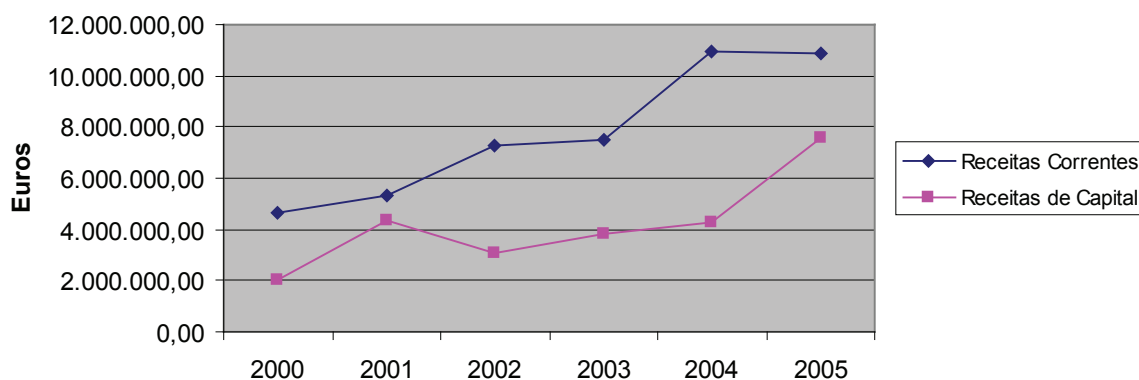
a) Período Corrente - 2005

RECEITAS	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% PESO P/ RUBRICA	% EXECUÇÃO
Correntes	13.673.938,36	10.895.264,46	59,01	79,68
Capital	14.347.879,16	7.538.566,42	40,83	52,54
Outras	5.000,00	29.535,63	0,16	590,71
Total Geral	28.026.817,52	18.463.366,51	100,00	65,88

b) Períodos Anteriores – 2000 a 2004

RECEITAS	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% EXECUÇÃO
Correntes			
2000	4.643.758,54	4.676.808,89	100,71
2001	5.564.978,40	5.325.894,59	95,70
2002	6.728.697,25	7.251.967,11	107,80
2003	8.735.551,00	7.502.731,14	85,90
2004	11.269.100,36	10.959.113,77	97,25
Capital			
2000	9.402.090,96	2.026.072,17	21,55
2001	13.059.775,94	4.320.342,97	33,08
2002	11.751.524,72	3.112.249,34	26,50
2003	8.886.085,84	3.804.623,27	42,80
2004	10.688.560,26	4.265.853,04	39,91

Evolução das Receitas



As receitas correntes têm verificado uma evolução significativa, mais do que duplicando, apenas em 4 anos, mesmo considerando a exclusão de receitas arrecadadas pela Óbidos Patrimonium – E.M., como as concessões, parques de estacionamento, loja e aluguer de espaços, em 2005. Se compararmos o exercício de 2000 com o de 2005, verificamos um “salto” significativo dos 4.676.808,89€ para os 10.895.264,46€ de execução das receitas correntes, ou seja, um **crescimento de 232,96%**.

	2000	2005	% Crescimento
Receitas Correntes	4.676.808,89€	10.895.264,46€	232,96%

As receitas de capital, tal como se tem verificado nos anos anteriores, mantêm a tendência fortemente crescente, resultante, quer das políticas de financiamento externo (fundos comunitários e cooperação técnica e financeira), quer das vendas de bens de investimento.

	2000	2005	% Crescimento
Receitas Capital	2.026.072,17€	7.538.566,42€	372,08%

2.1.2.DESPESA

A actividade desenvolvida durante o exercício económico de 2005, concretizou um montante total de despesa paga de € 18.119.338,65 o que representa uma taxa de execução de 64,65%.

A percentagem de realização das despesas correntes, que incluem as remunerações e as restantes despesas fixas de funcionamento, foi de 71,42% evidenciando o contínuo esforço de contenção orçamental e de racionalização da despesa.

a) Período Corrente - 2005

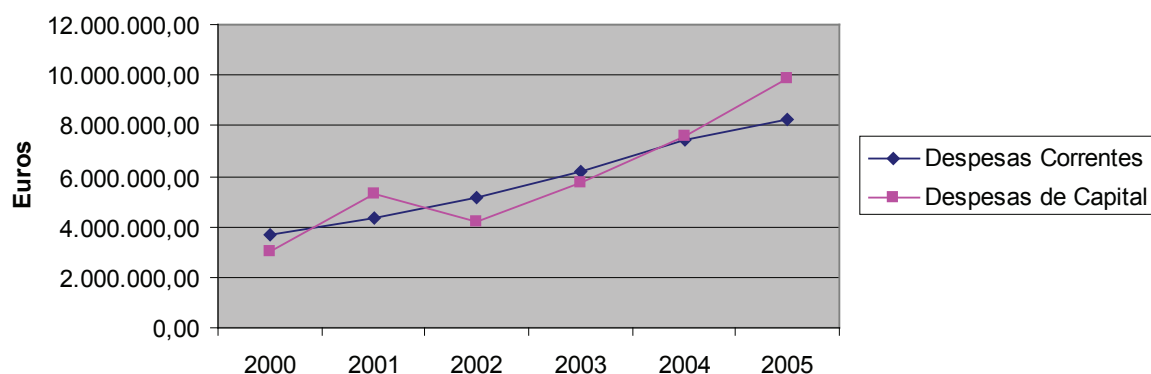
DESPESAS	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% PESO P/ RUBRICA	% EXECUÇÃO
Correntes	11.582.098,56	8.271.623,40	45,65	71,42
Capital	16.444.718,96	9.847.715,25	54,35	59,88
Total Geral	28.026.817,52	18.119.338,65	100,00	64,65

b) Períodos Anteriores – 2000 a 2004

DESPESAS	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% EXECUÇÃO
Correntes			
2000	4.643.758,54	3.664.817,79	78,92
2001	5.564.978,40	4.312.925,85	77,50
2002	6.728.697,25	5.144.681,37	76,50
2003	7.510.774,00	6.195.296,58	82,50
2004	8.939.817,67	7.438.580,74	83,21
Capital			
2000	9.402.090,96	3.038.053,29	32,31
2001	13.059.775,94	5.332.024,82	40,83
2002	11.906.066,48	4.226.514,93	35,50
2003	10.110.862,84	5.712.174,64	56,50
2004	13.018.092,95	7.618.970,84	58,53

A evolução da despesa reflecte o crescimento da estrutura e da actividade da CMO, salientando-se o aumento mais que proporcional do investimento.

Evolução da Despesa



2.2. ORÇAMENTO DA RECEITA

2.2.1. RECEITAS CORRENTES

COMPOSIÇÃO	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% PESO P/ RUBRICA	% EXECUÇÃO
01. Impostos Directos	4.493.439,47	5.399.677,78	49,56	120,17
02. Impostos Indirectos	772.725,52	55.574,34	0,51	7,19
04. Taxas, Multas e Outras Penalidades	326.158,57	321.900,60	2,95	98,69
05. Rendimentos de Propriedade	430.200,00	401.831,75	3,69	93,41
06. Transferências Correntes	4.387.752,12	2.508.336,23	23,02	57,17
07. Vendas Bens Prestações Serviços Correntes	3.037.182,68	2.070.777,98	19,01	68,18
08. Outras Receitas Correntes	226.480,00	137.165,78	1,26	60,56
Total das Receitas Correntes	13.673.938,36	10.895.264,46	100,00	79,68

As receitas correntes com uma execução de 79,68%, servem de base à gestão corrente da autarquia, permitindo o financiamento de todas as despesas correntes, para além de financiarem uma parcela significativa dos investimentos.

01. Impostos Directos

Este capítulo apresenta o produto dos impostos estabelecidos na Lei das Finanças Locais, tais como o IMI, IMT e Derrama, cuja execução, em termos globais, é de 120,17%.

02. Impostos Indirectos

Nesta rubrica registam-se receitas que recaem exclusivamente sobre o sector produtivo, como sejam loteamentos e obras, ocupação da via pública, publicidade e outros impostos aplicados directamente às empresas. Em 2005, verificou-se uma execução de 7,19%. Os Impostos Indirectos, tal como os Impostos Directos e as Taxas, são previstos com base nas regras do POCAL (média simples dos últimos 24 meses). Assim, e uma vez que a execução em 2004 foi bastante elevada, a previsão para 2005, foi influenciada por este valor, apesar de, efectivamente, não ter sido realizado.

04. Taxas, Multas e Outras Penalidades

No grupo das Taxas, registam-se os pagamentos dos particulares em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços, não havendo qualquer relação de valor entre os pagamentos e os custos dos serviços prestados.

No que respeita ao grupo das Multas e Outras Penalidades, englobam-se as receitas provenientes da aplicação de multas pela transgressão da Lei, Posturas e Regulamentos.

Em 2005, a execução global foi de 98,69%. Podem evidenciar-se algumas rubricas com níveis de execução elevados, como sejam as receitas provenientes dos loteamentos e obras e de caça, uso e porte de arma.

05. Rendimentos de Propriedade

Este capítulo abrange as receitas provenientes de activos financeiros e rendas de activos não produtivos, nomeadamente terrenos e activos incorpóreos, com uma execução de 93,41%.

06. Transferências Correntes

Relativamente às transferências da Administração Central – FGM, FCM e FBM, os valores inscritos em orçamento tiveram por base o Orçamento de Estado para 2005, pelo que a sua execução é de 100%. A execução das transferências de outras entidades distanciaram-se do inicialmente previsto, dando origem a uma execução global desta rubrica de 57,17%.

07. Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes

Neste capítulo incluem-se, na generalidade, as receitas relativas à venda de água (que inclui os serviços de saneamento e resíduos sólidos), bem como o aluguer de espaços e as receitas provenientes das Piscinas Municipais. Os ATL têm, também, um peso bastante significativo na execução desta rubrica, a qual apresenta uma execução de 68,18%.

08. Outras Receitas Correntes

Esta rubrica tem um carácter residual, englobando as receitas que pela sua natureza não podem ser incluídas em nenhuma das anteriores. No que respeita à execução orçamental de 2005, foi de 60,56%, que corresponde, principalmente, aos valores de IVA reembolsados.

2.2.2. RECEITAS CAPITAL

COMPOSIÇÃO	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% PESO P/ RUBRICA	% EXECUÇÃO
09. Venda de Bens de Investimento	5.677.996,87	1.468.227,40	19,48	25,86
10. Transferências de Capital	7.090.452,84	4.341.284,15	57,59	61,23
11. Activos Financeiros	6.000,00	0,00	0,00	0,00
12. Passivos Financeiros	182.929,45	0,00	0,00	0,00
13. Outras Receitas de Capital	1.390.500,00	1.729.054,87	22,94	124,35
Total das Receitas de Capital	14.347.879,16	7.538.566,42	100,00	52,54

09. Venda de Bens de Investimento

A execução desta rubrica, de 25,86%, reflecte principalmente a alienação de terrenos, para além de receitas relativas a transferências de infra-estruturas.

10. Transferências de Capital

A rubrica Transferências de Capital, com uma execução de 61,23%, tem-se apresentado como a mais significativa deste capítulo em termos de valor arrecadado. Tal dimensão resultou, fundamentalmente, das transferências do Orçamento de Estado (Fundo Geral Municipal, Fundo de Coesão Municipal e Fundo de Base Municipal) e do FEDER através dos projectos participados, cujos recebimentos referentes a 2004 se verificaram em 2005.

13. Outras Receitas de Capital

Outras Receitas de Capital, rubrica residual, apresenta uma execução de 124,35%, resultante essencialmente das receitas de compensação de urbanização, em vigor para os aldeamentos turísticos a partir de 2003.

2.3. ORÇAMENTO DA DESPESA

2.3.1. DESPESAS CORRENTES

COMPOSIÇÃO	Dotação	Execução	% PESO P/ RUBRICA	% EXECUÇÃO
01. Despesas com Pessoal	4.160.829,89	3.625.101,98	43,83	87,12
02. Aquisição de Bens e Serviços	5.582.943,51	3.231.262,13	39,06	57,88
03. Juros e Outros Encargos	141.400,76	117.752,33	1,42	83,28
04. Transferências Correntes	1.053.312,40	832.268,83	10,06	79,01
05. Subsídios	321.500,00	226.000,00	2,73	70,30
06. Outras Despesas Correntes	322.112,00	239.238,13	2,89	74,27
Total das Despesas Correntes	11.582.098,56	8.271.623,40	100,00	71,42

As Despesas Correntes, compostas principalmente pelas Despesas com Pessoal e pela Aquisição de Bens e Serviços, assumem um comportamento pouco flexível face às pressões que sobre elas possam ser praticadas, uma vez que se tratam de despesas fixas de funcionamento. A sua tendência demonstra um ténue aumento do seu valor por força do esforço que se vem desenvolvendo na melhoria dos serviços que se prestam à comunidade, sendo um bom exemplo a destacar, no exercício de 2005, os programas “Crescer Melhor – Rede Municipal de ATLS”, “Melhor Idade”, “Saúde Melhor” ou a abertura a toda a população das Piscinas Municipais.

01. Despesas com Pessoal

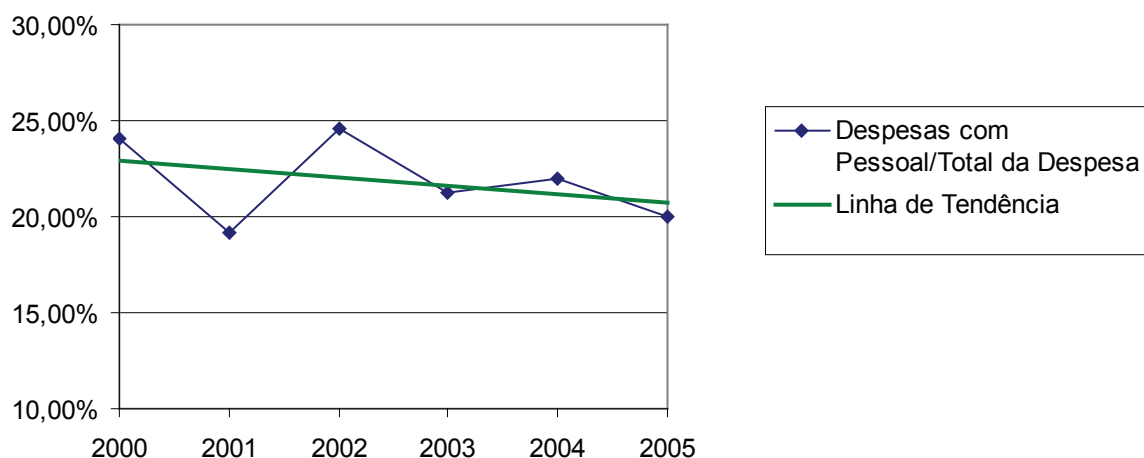
As despesas com pessoal englobam as remunerações certas e permanentes, dos membros dos órgãos autárquicos, do pessoal do quadro, do pessoal em qualquer outra situação e os encargos inerentes à Segurança Social. Despesas estas, que acusaram um peso de apenas 20,01% no total da Despesa.

Nos termos do artigo 10º do Decreto-Lei nº 116/84, de 6 de Abril, as despesas efectuadas com o pessoal do quadro não podem ultrapassar 60% das receitas correntes do ano económico anterior ao respectivo exercício. Quanto às despesas com pessoal em qualquer outra situação, não podem ultrapassar 25% dos 60%, acima mencionados.

Em 2005, a situação da CMO face aos limites legais foi a seguinte:

- » Pessoal do Quadro – 27,28%
- » Pessoal em qualquer outra situação – 11,83%

Evolução do Peso das Despesas com Pessoal no Total da Despesa



A linha de tendência evidencia um decréscimo das despesas com pessoal no total da despesas, o que é significativo.

02. Aquisição de Bens e Serviços

Este capítulo compreende as despesas com a aquisição de bens de consumo duradouro, que se conservam ou perduram para além de um ano, bem como as despesas com aquisição de bens, que não perduram para além da sua primeira utilização, ou cuja durabilidade normal não ultrapassa um ano, compreendendo ainda as despesas com aquisição de serviços a terceiros.

Em 2005, esta rubrica teve uma execução de 57,88%.

03. Juros e Outros Encargos

Este capítulo orçamental é constituído, principalmente, pelas despesas relativas a juros provenientes da contratação de empréstimos bancários e de contratos de locação financeira, apresentando, em 2005, uma execução de 83,28%.

04. Transferências Correntes

As Transferências Correntes, são importâncias retiradas do orçamento municipal e concedidas sem qualquer ónus a outras entidades, mediante aprovação da Câmara Municipal, tendo apresentado no final de 2005 uma execução de 79,01%.

05. Subsídios

A rubrica de Subsídios, apresenta uma execução de 70,30%, resultante da celebração de contratos programa com a Óbidos Patrimonium – E.M.

06. Outras Despesas Correntes

Sendo uma rubrica residual, onde são contabilizadas todas as despesas correntes cujas características não se enquadram nos demais capítulos da despesa corrente, apresenta uma execução de 74,27%, relativa a impostos e taxas.

2.3.2. DESPESAS DE CAPITAL

COMPOSIÇÃO	Dotação	Execução	% PESO P/ RUBRICA	% EXECUÇÃO
07. Aquisição de Bens de Capital	15.263.139,11	8.720.203,27	88,55	57,13
08. Transferências de Capital	656.259,23	626.521,46	6,36	95,47
09. Activos Financeiros	215.944,00	214.764,90	2,18	99,45
10. Passivos Financeiros	229.776,62	229.776,62	2,33	100,00
11. Outras Despesas de Capital	79.600,00	56.449,00	0,57	70,92
Total das Despesas de Capital	16.444.718,96	9.847.715,25	100,00	59,88

As componentes das despesas de capital circunscrevem-se quase exclusivamente à Aquisição de Bens de Capital, cujo montante representa 88,55 % das despesas de capital e 48,13 % da totalidade da despesa.

07. Aquisição de Bens de Capital

Neste capítulo classificam-se as despesas destinadas a aumentar o capital fixo (Imobilizado), quer por meio da aquisição a terceiros, quer por produção própria. Os investimentos ao nível das infra-estruturas e acessibilidades, continuam a assumir um peso relevante no total da despesa, designadamente, a requalificação urbana nas freguesias, os investimentos nas infra-estruturas da rede de abastecimento de água e na rede viária, ilustrados no mapa de execução da despesa por orgânica, abaixo, nos Serviços Técnicos de Obras, Água e Luz (orgânica 05 e 10).

No entanto, os investimentos na valorização patrimonial, como seja, a Iluminação das Muralhas e Beneficiação do Adarve, o Museu Municipal (sito no Solar de Santa Maria), a conclusão das obras na Cerca do Castelo, na Galeria Ogiva e no Centro de Design de Interiores, espelha a importância da Recuperação do Património na estratégia do executivo (orgânica 0103 e 0601). De referir, também, o papel preponderante do Desporto, com a conclusão das Piscinas Municipais e os investimentos no Complexo Desportivo (orgânica 0603).

Na Educação e Acção Social, registam-se investimentos ao nível de recuperação/modernização da rede escolar, bem como a criação de novos projectos sociais, como o “Melhor Idade”, o “Saúde Melhor” e a Biblioteca Itinerante – Bibliomóvel (orgânicas 0604 e 08).

08. Transferências de Capital

As transferências de capital, revestem características idênticas às já apontadas para as transferências correntes, com um nível de execução de 95,47%.

09. Activos Financeiros

Esta rubrica inclui as participações em sociedades, nomeadamente, na empresa Águas do Oeste, S.A. e na empresa municipal Óbidos Requalifica – E.M., com uma execução de 99,45%.

10. Passivos Financeiros

Os passivos financeiros traduzem, exclusivamente, a amortização do capital em dívida de médio/longo prazo. A execução é de 100%.

11. Outras Despesas de Capital

A execução deste capítulo, de 70,92%, diz respeito aos contratos de cedência de direitos de autor celebrados no âmbito da Rede de Investigação, Inovação e Conhecimento.

Orgânica	Designação	Valor	% Valor
0101	Operações Financeiras	552.145,29	3,05
0102	Classes Inactivas	7.469,61	0,04
0103	Órgãos de Autarquia	4.241.170,72	23,41
0104	Assembleia Municipal	11.279,10	0,06
02	Serviços de Administração Geral	628.966,27	3,47
03	Serviços de Higiene e Limpeza	737.633,96	4,07
04	Cemitérios	17.712,59	0,10
05	Serviços Técnicos de Obras	6.165.861,46	34,03
0601	Museu	1.256.271,65	6,93
0602	Biblioteca	40.461,93	0,22
0603	Desporto e Tempos Livres	2.264.345,96	12,50
0604	Acção Social	162.519,49	0,90
07	Jardins e Arborização	84.204,59	0,46
08	Educação	409.911,22	2,26
09	Turismo	400.248,50	2,21
10	Água e Luz	1.033.734,73	5,71
11	Protecção Civil	19.188,67	0,11
12	Informática e Telecomunicações	86.212,91	0,48
Total Geral		18.119.338,65	100,00

2.4. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

No Plano Plurianual de Investimentos, pode verificar-se a execução financeira real (despesas pagas) de cada projecto à data de 31 de Dezembro de 2005, deixando-se aqui, apenas, os valores referentes aos investimentos previstos e efectivamente executados em cada um dos sectores estruturais, a saber:

INVESTIMENTOS POR SECTORES ESTRUTURAIS

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	DOTAÇÃO		REALIZAÇÃO VALOR	COEF. %
		INICIAL	FINAL		
1.	FUNÇÕES GERAIS	3.237.519,43	3.421.885,37	2.451.003,60	71,63
1.1.	SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3.237.519,43	3.421.885,37	2.451.003,60	71,63
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.237.519,43	3.421.885,37	2.451.003,60	71,63
1.1.1.1.	Serviços Gerais	2.179.972,50	2.292.638,89	2.053.049,64	89,55
1.1.1.2.	Modernização Administrativa	209.319,89	356.544,60	119.845,63	33,61
1.1.1.3.	Óbidos - Concelho Digital	40.677,91	51.677,91	24.184,63	46,80
1.1.1.4.	Viaturas Municipais	96.706,58	193.496,58	27.062,04	13,99
1.1.1.5.	Máquinas e Equipamentos Municipais	197.433,41	244.433,41	125.065,38	51,17
1.1.1.6.	Manutenção de Edifícios e Instalações Municipais	280.482,50	262.167,34	96.653,56	36,87
1.1.1.7.	Armazéns	232.926,64	20.926,64	5.142,72	24,57
2.	FUNÇÕES SOCIAIS	8.386.106,52	8.367.930,35	4.572.723,77	54,65
2.1.	EDUCAÇÃO	1.172.206,04	728.451,89	213.776,40	29,35
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	1.172.206,04	728.451,89	213.776,40	29,35
2.1.1.3.	Construção/Conservação nas Escolas	831.650,91	580.168,84	213.657,40	36,83
2.1.1.8.	Rede Municipal de Creches-Construção/ampliação	340.555,13	148.283,05	119,00	0,08
2.2.	SAÚDE	151.432,30	277.995,62	48.731,27	17,53
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	151.432,30	277.995,62	48.731,27	17,53
2.2.1.1.	Desenvolvimento das Estruturas de Saúde	151.432,30	277.995,62	48.731,27	17,53
2.3.	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	45.000,00	35.000,00	0,00	0,00
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	45.000,00	35.000,00	0,00	0,00
2.3.2.3.	Projecto "Melhor Idade"	45.000,00	35.000,00	0,00	0,00
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	3.505.039,96	3.609.978,74	1.655.581,48	45,86
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	2.157.363,08	2.293.582,71	936.214,06	40,82
2.4.2.1.	Requalificação Urbana	1.139.692,33	978.361,34	262.261,72	26,81
2.4.2.2.	Recuperação de Património	886.400,75	1.046.401,37	608.269,23	58,13
2.4.2.3.	Planeamento Urbanístico	131.270,00	268.820,00	65.683,11	24,43
2.4.3.	SANEAMENTO	129.000,00	86.000,00	29.977,88	34,86
2.4.3.1.	Sistema Águas Residuais Domésticas	75.000,00	37.000,00	14.269,22	38,57
2.4.3.2.	Sistema Águas Residuais Pluviais	54.000,00	49.000,00	15.708,66	32,06
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1.137.588,88	1.178.308,03	675.086,48	57,29
2.4.4.1.	Sistema de Abastecimento de Águas	1.137.588,88	1.178.308,03	675.086,48	57,29
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	24.280,00	24.280,00	14.036,00	57,81
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	56.808,00	27.808,00	267,06	0,96
2.4.6.3.	Ambiente e Recursos Naturais	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00
2.4.6.4.	Espaços Verdes	52.808,00	23.808,00	267,06	1,12
A Transportar		8.111.197,73	8.073.311,62	4.369.092,75	54,12

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	DOTAÇÃO		REALIZAÇÃO	COEF. %
		INICIAL	FINAL	VALOR	
	Transporte	8.111.197,73	8.073.311,62	4.369.092,75	54,12
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	3.512.428,22	3.716.504,10	2.654.634,62	71,43
2.5.1.	CULTURA	989.430,16	1.149.448,86	455.701,54	39,65
2.5.1.1.	Museus	989.430,16	1.149.448,86	455.701,54	39,65
2.5.1.1.1.	Museus	977.680,16	1.148.698,86	455.701,54	39,67
2.5.1.1.2.	Eventos de Natureza Museológica	11.750,00	750,00	0,00	0,00
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO E LAZER	2.492.998,06	2.481.055,24	2.121.944,33	85,53
2.5.2.1.	Criação e Manutenção de Espaços Desportivos	2.492.998,06	2.481.055,24	2.121.944,33	85,53
2.5.3.	OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	30.000,00	86.000,00	76.988,75	89,52
2.5.3.1.	Actividades Religiosas	30.000,00	86.000,00	76.988,75	89,52
3.	FUNÇÕES ECONÓMICAS	4.522.594,03	4.112.151,09	2.286.962,25	55,61
3.1.	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	381.926,73	73.945,22	62.142,14	84,04
3.1.1.	DESENVOLVIMENTO RURAL	381.926,73	73.945,22	62.142,14	84,04
3.2.	INDÚSTRIA E ENERGIA	150.000,00	25.000,00	11.439,78	45,76
3.2.1.	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	150.000,00	25.000,00	11.439,78	45,76
3.3.	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	3.673.503,71	3.736.652,91	2.005.101,25	53,66
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	3.673.503,71	3.736.652,91	2.005.101,25	53,66
3.3.1.1.	Rede Viária	3.581.196,49	3.643.345,69	1.989.656,15	54,61
3.3.1.1.1.	Construção	426.697,89	441.026,92	168.407,65	38,19
3.3.1.1.2.	Reparação e Manutenção da Rede Viária	3.154.498,60	3.202.318,77	1.821.248,50	56,87
3.3.1.2.	Ordenamento de Trânsito	92.307,22	93.307,22	15.445,10	16,55
3.3.1.2.1.	Estacionamentos	500,00	500,00	0,00	0,00
3.3.1.2.2.	Sinalização e Trânsito	91.807,22	92.807,22	15.445,10	16,64
3.4.	COMÉRCIO E TURISMO	317.163,59	276.552,96	208.279,08	75,31
3.4.2.	TURISMO	317.163,59	276.552,96	208.279,08	75,31
3.4.2.2.	Promoção Turística do Concelho	317.163,59	276.552,96	208.279,08	75,31
4.	OUTRAS FUNÇÕES	412.528,63	542.752,15	537.025,63	98,94
4.2.	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	290.709,70	219.709,70	214.966,07	97,84
4.2.1.	JUNTAS DE FREGUESIA	290.709,70	219.709,70	214.966,07	97,84
4.3.	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	121.818,93	323.042,45	322.059,56	99,70
4.3.2.	SUBSÍDIOS E APOIOS DIVERSOS	121.818,93	323.042,45	322.059,56	99,70
TOTAL		16.558.748,61	16.444.718,96	9.847.715,25	59,88

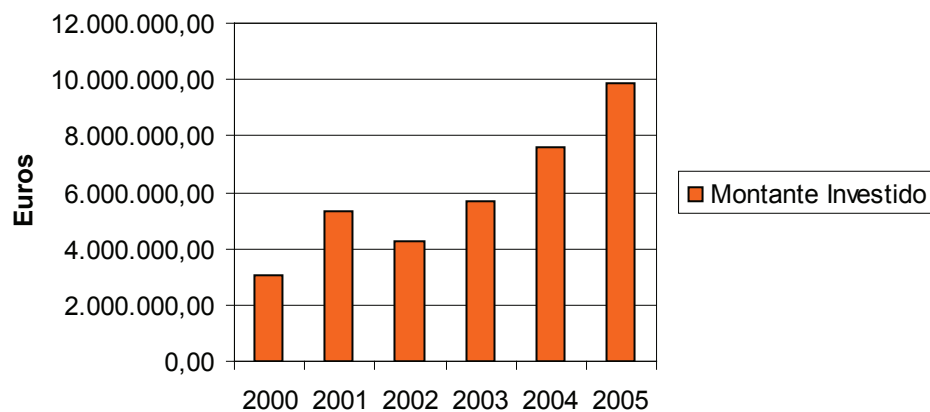
O presente mapa ilustra, com maior detalhe, os investimentos nas diversas áreas atrás mencionadas (na rubrica do orçamento da despesa de capital).

Nos últimos anos, tem-se registado uma evolução crescente e constante dos valores investidos, conforme se constata no quadro que se segue:

EVOLUÇÃO DOS VALORES INVESTIDOS

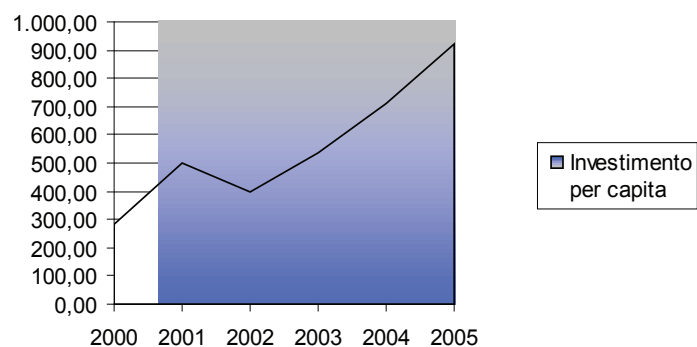
Designação	2000	2001	2002	2003	2004	2005
1. Dotação Inicial	9.402.090,96	13.059.775,94	11.906.066,48	11.947.979,00	11.952.705,48	17.686.923,70
2. Dotação final	9.402.090,96	13.059.775,94	11.906.066,48	10.110.862,84	13.018.092,95	16.444.718,96
3. Realizado	3.038.053,29	5.332.024,82	4.226.514,93	5.712.174,64	7.618.970,84	9.847.715,25
Coef. Realização	32,31%	40,83%	35,50%	56,50%	58,53%	59,88%

Montante Investido



Nos últimos anos, os valores investidos aumentaram mais que proporcionalmente em relação ao número de habitantes, resultando daí um investimento per capita crescente.

Investimento Per Capita



3. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A presente análise económico-financeira sintetiza os resultados alcançados pela Câmara Municipal de Óbidos, em 31 de Dezembro de 2005.

3.1. BALANÇO

O Balanço é um documento que apresenta a posição financeira e patrimonial de uma autarquia local numa determinada data, regra geral, reportada ao final de cada ano, comparando o Activo e o Passivo do seu património, bem como o Fundo Patrimonial que corresponde à sua situação líquida.

Uma vez que o inventário se encontra numa fase avançada, embora não concluído, logo sem avaliação final dos bens, as amortizações não se repercutem no Resultado Líquido do Exercício.

ACTIVO		PASSIVO	
Imobilizado	22.888.152,16	Fundos Próprios	19.134.601,13
Bens de Domínio Público	1.578.116,62	Património	-4.373.979,86
Imobilizações Incorpóreas	56.493,38	Reservas	773.322,88
Imobilizações Corpóreas	20.670.673,43	Resultados Transitados	14.692.934,82
Investimentos Financeiros	582.868,73	Resultados Líquido Exercício	8.042.323,29
Circulante	2.453.018,84	Passivo	6.206.569,87
Existências	363.893,00	Dívidas a Terceiros - M/L Prazos	3.323.467,96
Dívidas de Terceiros - CP	860.414,48	Dívidas a Terceiros-C Prazos	2.883.101,91
Depósitos Inst. Finan. E caixa	1.228.711,36		
TOTAL DO ACTIVO	25.341.171,00	TOTAL DO FUNDOS PRÓPRIOS + PASSIVO	25.341.171,00

Da comparação dos balanços, ressaltam alterações significativas na situação financeira e patrimonial da CMO, sendo de destacar o forte crescimento do Activo Imobilizado Líquido, como se pode verificar no quadro abaixo.

DESIGNÇÃO	2002	2003	2004	2005
Bens de Domínio Público	655.013,05	871.656,49	1.156.817,74	1.578.116,62
Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	56.493,38
Imobilizações Corpóreas	3.018.516,43	8.413.353,93	13.782.996,49	20.670.673,43
Investimentos Financeiros	192.973,23	271.591,73	368.103,83	582.868,73
ACTIVO IMOBILIZADO LÍQUIDO	3.866.502,71	9.556.602,15	15.307.918,06	22.888.152,16

De entre outros factores, como o imobilizado em curso e os edifícios e outras construções, também a aquisição de terrenos e edifícios contribuiu para o aumento do Activo municipal.

PRÉDIOS URBANOS E RÚSTICOS

	(Valor de Aquisição)				
	2002	2003	2004	2005	Total/anos
Rústico	30.127,39	1.136.514,27	447.455,09	663.933,57	2.278.030,32
Urbano	0,00	0,00	402.379,79	922.337,72	1.324.717,51
TOTAL	30.127,39	1.136.514,27	849.834,88	1.586.271,29	3.602.747,83

3.1.1.IMOBILIZADO

Activo Bruto	
Rubricas	2005
Bens de Domínio Público	
Bens do Pat. Hist., Art. e Cultural	800,00
Imobilizações em Curso	1.577.316,62
Imobilizações Incorpóreas	
Propriedade Industrial	56.493,38
Imobilizações Corpóreas	
Terrenos e Recursos Naturais	1.880.530,27
Edifícios e Outras Construções	6.825.044,87
Equipamento Básico	1.352.785,04
Equipamento de Transporte	386.792,46
Ferramentas e Utensílios	184.559,20
Equipamento Administrativo	795.815,84
Outras Imobilizações Corpóreas	477.578,89
Imobilizações em Curso	8.767.566,86
Investimentos Financeiros	
Participações de capital	582.868,73
Total	22.888.152,16

3.1.2.DISPONIBILIDADES

	1 Janeiro 2005	31 Dezembro 2005
Caixa	5.317,22	3.090,31
Depósitos Bancários		
Caixa Geral de Depósitos	808.451,10	938.435,62
Caixa de Crédito Agrícola Mutuo dos Concelhos de Óbidos, Caldas da Rainha e Peniche	24.552,75	287.185,43
Total Geral	838.321,07	1.228.711,36

3.1.3.PARTICIPAÇÕES CAPITAL

Entidades	Anos Anteriores	2005
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Concelhos de Óbidos, Caldas da Rainha e Peniche	498,80	
Resioeste, S A	41.480,03	
Águas do Oeste, S A	224.625,00	188.227,40
Centro Op. Tecn. Hort. Nac.-COTHN	1.500,00	
Óbidos Patrimonium - E.M.	100.000,00	
Óbidos Requalifica - E.M.		25.000,00
Sub - Total	368.103,83	213.227,40
Total (Anos anteriores e 2005)	581.331,23	

No ano em apreciação foi criada uma nova Empresa Municipal, Óbidos Requalifica-E.M., tendo sido subscrito 50% do capital no valor de € 25.000,00, e a subscrever os restantes 50% em 2006.

3.1.4.DÍVIDAS A TERCEIROS – MÉDIO E LONGO PRAZO

	1 Janeiro 2005	31 Dezembro 2005
Empréstimos Bancários		
Caixa Geral de Depósitos	3.390.137,67	3.193.494,04
Caixa de Crédito Agrícola Mutuo dos Concelhos de Óbidos, Caldas da Rainha e Peniche	143.055,00	129.973,92
Total Geral	3.533.192,67	3.323.467,96

Da análise do Balanço, facilmente se verifica a saudável situação financeira do Município, aliás, como se demonstrou na análise orçamental atrás ilustrada.

No entanto, e para melhor comprovar esta situação, apresentam-se indicadores que permitem avaliar a capacidade financeira no exercício económico findo.

O montante das dívidas a terceiros de curto prazo (2.479.516,99 €) poderá parecer elevado, comparativamente aos anos anteriores, o que, analisando com pormenor, não se verifica. A liquidez geral permite analisar a capacidade do Município para, utilizando as suas disponibilidades de curto prazo, fazer face aos compromissos assumidos com

terceiros a curto prazo. Quanto mais equilibrado estiver este rácio (disponibilidades próximas dos compromissos), maior a capacidade da autarquia para pagar as dívidas a terceiros de curto prazo.

Veja-se que o montante das dívidas de terceiros a curto prazo (860.414,48€), bem como o valor das matérias-primas, subsidiárias e de consumo (363.893,00€), aliados aos depósitos bancários e caixa (1.228.711,36€) permitem fazer face à quase totalidade das dívidas de terceiros a curto prazo (2.883.101,91€). É precisamente esta situação que o rácio de liquidez geral comprova.

Liquidez Geral (Circulante/ Passivo C/P) x 100	85,08
---	-------

Quanto ao endividamento total, incluindo a médio e longo prazo, constata-se que a C.M.O utiliza, com muita restrição, capital alheio para financiamento da sua actividade. Também aquando da análise orçamental se comprovou a capacidade crescente para gerar receitas próprias. Adiante, na análise à Demonstração de Resultados, mais uma vez se demonstrará esta capacidade.

Assim, verificamos que o grau de endividamento da autarquia é bastante baixo:

Endividamento (Dívidas a terceiros de Curto, Médio e Longo Prazo/ Fundos Próprios + Passivo) x 100	11,38
---	-------

Corroborando a breve análise acima, percebe-se que a autonomia financeira desta autarquia é bastante confortável face à dependência de financiamento de terceiros, ou seja, a actividade da autarquia é financiada, em grande parte, pelos seus fundos próprios. Como se pode verificar, este rácio é inversamente proporcional ao do endividamento, mais uma vez comprovando a sua fraca dependência dos recursos externos.

Autonomia Financeira (Fundos Próprios/Activo Total) x 100	75,51
--	-------

3.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (Por Natureza)

O Município de Óbidos encerrou as suas contas referentes ao exercício económico de 2005, com um Resultado Líquido de Exercício de € 8.042.323,29, motivado fundamentalmente pela venda de produtos, de serviços e pelas transferências do Orçamento de Estado, que superaram os custos com o pessoal e com matérias consumidas. Os Resultados Financeiros apresentam um saldo negativo influenciado pelo pagamento de juros de empréstimos bancários.

A Demonstração de Resultados será, então, o espelho dos custos e proveitos da actividade Municipal, em 2005, sintetizada no quadro abaixo:

	Valor €
Resultados Operacionais	5.808.768,81
Resultados Financeiros	-102.286,32
Resultados Correntes	5.706.482,49
Resultados Extraordinários	2.335.840,80
Resultado Líquido do Exercício	8.042.323,29

RESULTADOS OPERACIONAIS

O conjunto dos Proveitos Operacionais, está fortemente condicionado pela evolução dos Impostos e Taxas – que resultam sobretudo do Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Municipal sobre Transmissões, Contribuição Autárquica, do Imposto Municipal de SISA

– das Vendas e Prestações de Serviços – e das Transferências Obtidas donde realça o Fundo Geral Municipal, Fundo de Coesão Municipal e o Fundo de Base Municipal.

Desta forma, os Resultados Operacionais apresentam a seguinte composição:

Proveitos Operacionais:	Valor €	Custos Operacionais:	Valor €
Vendas e Prestações de Serviços	2.642.660,44	CMVMC	1.619.468,99
Impostos e Taxas	5.539.520,28	Fornecimentos e Serviços externos	2.929.089,67
Transf.e Subs. Obtidos	6.840.510,59	Custos com o Pessoal	3.618.378,20
Outros proveitos e ganhos operacionais	13.888,69	Transf.e Subs. Correntes Concedidos	1.053.449,87
		Outros custos operacionais	7.424,46
TOTAL	15.036.580,00	TOTAL	9.227.811,19

RESULTADOS FINANCEIROS

Em 2005, os Resultados Financeiros apresentam um valor negativo de € 102.286,32. Os Proveitos Financeiros, são provenientes de juros obtidos de depósitos à ordem, sendo insuficientes para cobrirem os Custos Financeiros que advêm fundamentalmente dos juros suportados com os empréstimos de M/L Prazos.

Proveitos Financeiros:	Valor €	Custos Financeiros:	Valor €
Proveitos e Ganhos Financeiros	14.524,95	Custos e Perdas Financeiros	116.811,27
TOTAL	14.524,95	TOTAL	116.811,27

RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Ao nível dos custos que concorrem para o cálculo dos Resultados Extraordinários, as componentes que mais sobressaíram são: as Transferências de Capital para as Juntas de Freguesia, para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Óbidos, Fábricas das Igrejas Paroquiais, Óbidos Patrimonium – Eventos Festivos, Tur. e Culturais, E.M., bem como outros Custos e Perdas.

Relativamente aos Proveitos Extraordinários evidenciam-se os Benefícios Penalidades Contratuais – que surgem das multas, juros de mora, taxas de relaxe e Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários – resultam essencialmente de ganhos com a alienação de imóveis, bem como da compensação de infra-estruturas de loteamento.

Proveitos Extraordinários:	Valor €	Custos Extraordinários:	Valor €
Proveitos e Ganhos Extradordinários	3.203.308,96	Custos e Perdas Extraordinários	867.468,16
TOTAL	3.203.308,96	TOTAL	867.468,16

RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO

O Resultado Liquido do Exercício deverá ser canalizado para o reforço do Património (Balanço) e para constituição de reservas conforme Ponto 2.7.3. do POCAL.

Proveitos Totais:	Valor €	Custos do Exercício:	Valor €
Proveitos Totais	18.254.413,91	Custos e Perdas do Exercício	10.212.090,62
TOTAL	18.254.413,91	TOTAL	10.212.090,62

Apesar de demonstrada a capacidade da autarquia para gerar proveitos suficientes para fazer face aos custos do exercício, atenta-se o facto de não estarem reflectidas as amortizações do exercício no total dos custos.

4. EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO

4.1. DÍVIDAS DE TERCEIROS

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Administração Autárquica	510.896,42	572.592,95	573.811,84	573.821,84	573.811,84	573.811,84
Clientes c/c	0,00	0,00	5,00	5,00	987,89	0,00
Utentes c/c	0,00	0,00	92.026,35	135.002,13	162.945,63	172.545,62
Cliente, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	12.892,82	15.254,11	17.518,97	79.489,69	119.026,76	104.265,20
Estado e Outros Entes Públicos	0,00	2.763,05	5.310,69	42.760,91	71.014,19	9.791,82
Total	523.789,24	590.610,11	688.672,85	831.079,57	927.786,31	860.414,48

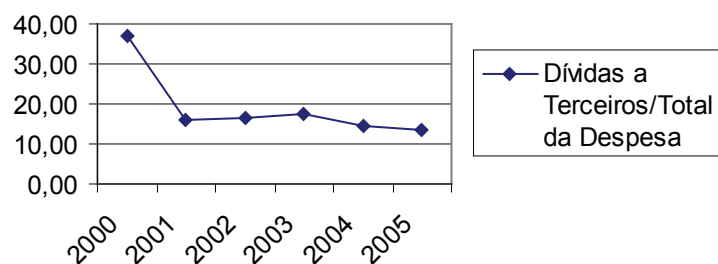
A rubrica Dívidas de Terceiros está directamente relacionada com as Vendas de Bens e Serviços (principalmente da venda de água).

No entanto, a diminuição registada em 2005 face ao ano anterior, não reflecte uma diminuição na venda de água, mas sim uma maior eficácia na sua cobrança (execuções fiscais).

4.2. DÍVIDAS A TERCEIROS

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Total	2.468.954,82	1.552.219,15	1.534.698,41	2.054.518,00	2.209.053,05	2.479.516,99

Evolução das Dívidas a Terceiros



Esta rubrica do Balanço inclui principalmente, as Dívidas a Fornecedores (conta corrente e imobilizado) e a Prestadores de Serviços (outros credores), e assume um menor peso no total do orçamento –cerca de 13,6%, face aos anos anteriores, como atrás se comprovou, apesar do crescimento da actividade do Município, atrás demonstrada.

4.3. LOCAÇÃO FINANCEIRA

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Locação Financeira	7.640,16	–	146.254,85	146.299,57	193.739,26	89.104,12

A locação financeira concorre para as dívidas de terceiros de médio prazo, uma vez que os contratos celebrados se prolongam por vários exercícios económicos.

Os contratos de locação dizem respeito à aquisição de equipamento de transporte e maquinaria.

4.4. DÍVIDAS COM EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
TOTAL	2.400.494,81	3.777.947,73	3.515.524,41	3.735.042,19	3.533.192,67	3.323.467,96

Apesar da possibilidade de contracção de dívida atribuída por rateio, a Câmara Municipal optou por não recorrer ao crédito bancário.

Os encargos com empréstimos, contraídos no passado, relativos ao período em análise totalizaram 313.555,50 € :

- amortização da dívida no valor de 209.724,71 €;
- juros no valor de 103.830,79 €.

5. ANÁLISE DE INDICADORES DE GESTÃO FINANCEIRA

A execução orçamental e do plano, que espelha toda a política de gestão do Município, é passível de análise financeira atrás fundamentada e medida através de indicadores de gestão, que permitem uma visualização directa do que foi a evolução da autarquia, desde o exercício económico de 2000.

RÁCIOS DE ESTRUTURA DA RECEITA (%)

Rátios	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Imp. Directos/ Rec. Correntes	44,00	44,30	48,80	40,90	41,00	49,56
Transf. Correntes/ Rec. Correntes	34,00	33,70	30,80	27,50	22,00	23,02
Venda Bens e Serv./ Rec. Correntes	11,00	11,30	11,50	20,70	20,00	19,01
Rec. Correntes/ Rec. Totais	70,00	55,20	70,00	66,40	72,00	59,01
Rec. De Capital/Rec. Totais	30,00	44,80	30,00	33,60	29,00	41,00

RÁCIOS DE ESTRUTURA DA DESPESA (%)

Rátios	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Pessoal/ Desp. Correntes	44,00	42,70	44,70	40,80	44,40	43,83
Aq. Bens e Serv./ Desp. Correntes	30,00	10,20	45,10	50,30	42,00	39,06
Investimentos/ Desp. de Capital	91,00	84,00	82,00	87,40	88,20	87,51
Passivos Fin./ Desp. de Capital	5,00	4,60	6,20	3,30	2,70	2,33
Desp. Correntes/ Desp. Totais	55,00	44,70	54,90	52,00	49,50	45,65
Desp. de Capital/ Desp. Totais	45,00	55,30	45,10	48,00	50,60	54,35
Dividas a Terceiros/Despesa Paga	36,83	16,09	16,38	17,25	14,67	13,68

Da diminuição dos rácios relativos às Despesas Correntes (pessoal, aquisição de bens e serviços) face a 2004, conclui-se que houve uma preocupação com a contenção da despesa, ou seja, uma maior eficácia na gestão dos recursos existentes;

RÁCIOS FINANCEIROS (%)

Rátios	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Pessoal/ Rec. Correntes	34,53	34,60	31,70	33,70	30,10	33,27
FGM+FCM+FBM/ Desp. Totais	37,37	29,40	33,70	27,50	22,79	19,32
Amortiz. +Juros/ Rec. Totais	3,46	3,70	3,90	2,80	2,00	1,81
Rec. Correntes/ Desp. Correntes	127,61	123,50	141,00	121,10	147,30	131,72
Rec. de Capital/ Desp. de Capital	66,69	81,00	73,60	66,60	56,00	76,55

Nos termos do artigo 10º do Decreto-Lei nº 116/84, de 6 de Abril, as despesas efectuadas com o pessoal do quadro não podem ultrapassar 60% das receitas correntes do ano económico anterior ao respectivo exercício. Quanto às despesas com pessoal em qualquer outra situação, não podem ultrapassar 25% dos 60%, acima mencionados.

- » Pessoal do Quadro – 27,28%
- » Pessoal em qualquer outra situação – 11,83%

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do ponto 2.7.3, do Decreto-lei nº54-A/99, de 22 de Fevereiro, quando houver saldo positivo na conta 59 “Resultados Transitados”, o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço do património;
- b) Constituição ou reforço de reservas.

Refere ainda que deve constituir-se o reforço anual da conta 57.1 «RESERVAS LEGAIS», no valor de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Ano de 2005

Assim para cumprimento desta norma legal, o Município de Óbidos, propõe o Resultado Líquido do Exercício, no montante de 8.042.323,29 € seja aplicado da seguinte forma:

Reservas Legais:..... 402.116,16 €
Resultados Transitados:.....7.640.207,13 €

Como se refere no presente relatório no ponto 3.1. “O Inventário e o Património não se encontram elaborados e avaliados à data de fecho do exercício económico, constituindo um trabalho em curso da Autarquia”, pelo que por uma questão de cautela não é reforçado o Património, ficando em Resultados Transitados provisoriamente.

Órgão executivo
Em _____ de _____ de 2006

Órgão deliberativo
Em _____ de _____ de 2006
